



Comissão de Assuntos Europeus

**Relatório sobre a participação da Assembleia da República na
LXX Reunião Plenária da Conferência dos Órgãos Especializados em Assuntos da
União dos Parlamentos da União Europeia (COSAC)**

(Madrid, 26 a 28 de novembro de 2023)

– Delegação da Assembleia da República

Presidente da Comissão de Assuntos Europeus, Deputado Luís Capoulas Santos (PS)

Membro da Comissão de Assuntos Europeus, Deputado João Paulo Rebelo (PS)

Membro da Comissão de Assuntos Europeus, Deputada Nathalie Oliveira (PS)

Membro da Comissão de Assuntos Europeus, Deputada Maria Emília Apolinário (PSD)

Membro da Comissão de Assuntos Europeus, Deputado Firmino Marques (PSD)

Membro da Comissão de Assuntos Europeus, Deputado Bruno Nunes (CH)

– Assessoria

Catarina Ribeiro Lopes, Representante Permanente da Assembleia da República junto das instituições europeias

Gonçalo Sousa Pereira, Assessor Parlamentar da Comissão de Assuntos Europeus

I. ENQUADRAMENTO

Nos termos do [Regulamento da COSAC](#) (ponto 2.1) «será organizada uma reunião plenária da COSAC durante cada Presidência, tendo em conta as diferentes práticas parlamentares dos Estados-Membros, os períodos eleitorais e os dias feriados dos Estados-Membros». Neste contexto, o Parlamento espanhol organizou entre os dias 26 e 28 de novembro de 2023, em Madrid, no âmbito da dimensão parlamentar da respetiva Presidência do Conselho da União Europeia, a [LXX Reunião Plenária da COSAC](#). Esta reunião contou com a participação dos Parlamentos nacionais da União Europeia (UE), do Parlamento Europeu (PE) e dos Parlamentos da Albânia, Bósnia-Herzegovina, Macedónia do Norte, Sérvia,



Comissão de Assuntos Europeus
Turquia, Ucrânia, Andorra, Arménia, Geórgia, Islândia, Kosovo¹, Mónaco, Noruega, Suíça e Reino Unido, conforme consta da [lista de participantes](#).

II. DA LXX REUNIÃO DA COSAC

Do [programa](#) da reunião, constavam os pontos que seguidamente se apresentam:

SESSÃO DE ABERTURA

Abriu a sessão, **José Ignacio Landaluce**, Copresidente da delegação do Parlamento espanhol à COSAC, que deu as boas-vindas a todas as delegações presentes em Madrid para participarem na LXX COSAC, tendo recordado que o objetivo da COSAC era reforçar o papel dos Parlamentos nacionais como veículo de expressão das preocupações sociais. Destacou que a União Europeia (UE) devia manter a unidade em relação ao conflito entre Israel e a Palestina, tal como teve com a Ucrânia, acrescentando que os civis eram aqueles que estavam a suportar a maior parte do sofrimento. Referiu ainda os principais temas previstos na ordem do dia, nomeadamente, o novo Pacto sobre Migração e Asilo, a crise energética e a transição ecológica e o aumento da autonomia estratégica da economia da UE. Concluiu citando um provérbio africano que diz o seguinte: "Se queres ir depressa, vai sozinho, se queres ir longe, vai junto", manifestando a sua esperança de que a LXX COSAC tornasse possível a aproximação dos membros do Parlamento aos cidadãos.

De seguida, interveio o Presidente do Senado espanhol, **Pedro Rollán Ojeda** que recordou o facto de ter sido precisamente em Madrid que a ideia da COSAC tinha sido concebida em 1989, acrescentando que durante mais de três décadas, a sociedade tinha evoluído e os desafios que a UE tinha enfrentado tinham sido muito diversos, sempre com o envolvimento dos Parlamentos nacionais e do Parlamento Europeu na procura de soluções para as políticas da UE. Referiu que a Europa continuava a enfrentar muitas questões e problemas que deviam ser enfrentados conjuntamente pelos Estados-Membros e pelos países candidatos através do diálogo, da cooperação e da generosidade, procurando o bem comum da Europa pois apenas com uma Europa forte e unida seria possível alcançar o seu papel de liderança num mundo cada vez mais globalizado. Além disso, referiu alguns dos desafios atuais da UE, como o novo Pacto sobre Migração e Asilo, que deveria proporcionar

¹ A designação Kosovo está em conformidade com a Resolução 1244/1999 do Conselho de Segurança das Nações Unidas e com o parecer do TIJ sobre a declaração de independência do Kosovo.

Comissão de Assuntos Europeus

soluções consensuais para as últimas crises migratórias e a crescente pressão sobre as fronteiras externas da União, bem como os esforços contínuos para avançar para uma sociedade descarbonizada, respeitadora da biodiversidade, com melhor qualidade do ar e sustentável do ponto de vista ambiental. Relativamente à invasão russa da Ucrânia, sublinhou que os europeus deviam lutar em conjunto através da diplomacia e do diálogo, mas também através de um forte apoio político, económico, humano e militar à Ucrânia, a fim de alcançar o restabelecimento da paz e da reconstrução do país. Por fim, salientou que, num momento em que a Europa tinha de enfrentar desafios e incertezas tão importantes num mundo cada vez mais volátil, os europeus tinham de demonstrar que eram capazes de desenvolver respostas e soluções adequadas para esses desafios, destacando que os europeus deviam defender e realçar os valores e interesses partilhados que tornaram possível o enorme sucesso da UE.

QUESTÕES PROCEDIMENTAIS E ASSUNTOS DIVERSOS

Susana Sumelzo, Copresidente da delegação do Parlamento espanhol à COSAC, relativamente à adoção da ordem do dia da reunião, esclareceu que o programa inicialmente previsto para a LXX COSAC teve de ser adaptado, após a realização de eleições gerais antecipadas em Espanha decorridas em julho, acrescentando que a Presidência tinha recebido uma carta do Presidente da Comissão dos Assuntos Externos e Europeus do Parlamento maltês, solicitando a inclusão dos últimos acontecimentos no Médio Oriente na ordem de trabalhos da reunião. Sobre este pedido, referiu que a tróica tinha considerado que este assunto, de indubitável relevância política, poderia ser incluída na primeira sessão dedicada à Presidência Espanhola do Conselho da UE. Por fim, submeteu o projeto de ordem do dia da LXX COSAC à consideração das delegações, tendo o mesmo sido aprovado sem quaisquer outras observações.

- **Apresentação dos resultados da reunião da tróica presidencial da COSAC**

Susana Sumelzo informou as delegações dos resultados da reunião da tróica presidencial da COSAC, realizada na véspera na presença de representantes do Parlamento sueco, do Parlamento espanhol, do Parlamento belga e do Parlamento Europeu, com uma ordem do dia de diversos assuntos como a aprovação do projeto de programa da LXX reunião

Comissão de Assuntos Europeus
plenária da COSAC, a apresentação do 40.º Relatório Bianual da COSAC e informação sobre as cartas recebidas pela Presidência. Para além dos temas referidos, a tróica abordou também a proposta de nomeação de um novo membro permanente do Secretariado da COSAC, uma vez que o mandato do Sr. Bruno Dias Pinheiro terminaria a 31 de dezembro de 2023, e que este não se candidataria a um segundo mandato. Recordou que, em 27 de outubro, a Presidência espanhola tinha convidado as delegações a apresentarem candidaturas para o cargo de Membro Permanente do Secretariado da COSAC com um prazo fixado para 10 de novembro de 2023. A copresidente informou que, dentro desse prazo, foi apresentada à Presidência uma candidatura pelo Parlamento sueco, do Sr. Jakob Sjövall para o cargo, tendo anunciado que a tróica proporia aos Presidentes durante a LXX COSAC a nomeação de Jakob Sjövall como Membro Permanente do Secretariado da COSAC para o período 2024-2025. Ainda neste ponto, a copresidente anunciou que a tróica tinha debatido e tomado nota de um projeto revisto de Contributo e de Conclusões, que tinha sido distribuído às delegações juntamente com o quadro atualizado com todas as alterações recebidas, tendo sido fixado um novo prazo para a apresentação de alterações até às 14 horas do dia 27 de novembro.

- **Apresentação do 40.º Relatório Bianual da COSAC**

A apresentação do [40.º Relatório Bianual da COSAC](#) foi realizada por **Bruno Dias Pinheiro**, membro permanente do Secretariado da COSAC, onde sublinhou que este era o 20.º aniversário dos Relatórios Bianuais da COSAC sendo este a 40.ª edição, destacando que estes números provavam que este documento continuava a ser digno e relevante. Congratulou o facto de todos os Parlamentos nacionais e o Parlamento Europeu terem respondido ao questionário, e agradeceu aos colegas do Secretariado da COSAC pelo seu trabalho e empenho. Recordou ainda que os três capítulos do relatório foram dedicados ao papel dos Parlamentos em relação ao objetivo europeu de Autonomia Estratégica Aberta, à atuação dos Parlamentos na gestão das políticas energéticas, especialmente das fontes de energia renováveis e à intervenção dos Parlamentos quando confrontados com a invasão da Ucrânia pela Rússia. Destacou, também, que o 40.º relatório bianual abrangue um vasto leque de questões importantes com o propósito de enriquecer os debates da LXX COSAC. Por fim, referiu que esta era a sua última reunião como membro permanente do Secretariado da COSAC, tendo agradecido a todos os delegados pelo seu apoio e manifestou a sua especial gratidão ao Deputado Luís Capoulas Santos, Presidente da



Comissão de Assuntos Europeus

Comissão de Assuntos Europeus da Assembleia da República Portuguesa, por todo o apoio prestado naquela que foi a experiência profissional mais fascinante da sua carreira. Concluiu desejando as maiores felicidades ao novo membro permanente do Secretariado da COSAC, Jakob Sjövall, do Parlamento sueco. Os principais resultados do relatório foram resumidos num [vídeo](#) produzido pelo membro permanente e apresentado no final da sua intervenção.

- **Cartas recebidas pela Presidência**

Susana Sumelzo aludiu às cartas recebidas pela Presidência para participar nos trabalhos da COSAC remetidas pelos Parlamentos da Suíça, Noruega, Câmara dos Lordes e Câmara dos Comuns do Reino Unido, Islândia, Geórgia, Kosovo, Arménia, Andorra e Mónaco. Referiu que, após consulta da tróica presidencial da COSAC, foram endereçados convites a todos os Parlamentos acima referidos para participarem na LXX COSAC. Ainda neste ponto, a copresidente aludiu também à carta enviada por Glenn Bedingfield, Presidente da Comissão dos Assuntos Externos e Europeus do Parlamento maltês, que tinha sido debatida anteriormente no âmbito do ponto da ordem do dia relativo à aprovação do programa da LXX COSAC.

Todos os documentos referidos estão disponíveis na plataforma [IPEX](#).

- **Outros Assuntos**

Não se registaram intervenções neste ponto da ordem de trabalhos.

SESSÃO I – A PRESIDÊNCIA ESPANHOLA DO CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA

Susana Sumelzo abriu a primeira sessão da LXX COSAC, explicando que o Ministro dos Negócios Estrangeiros da União Europeia e da Cooperação, **José Manuel Albares Bueno**, não podia estar presente tendo enviado uma mensagem de vídeo para o plenário da COSAC, que foi projetada na sala. Resumidamente, o senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros da União Europeia e da Cooperação espanhol referiu que o Parlamento espanhol tinha ajudado o Governo a preparar os objetivos da Presidência, tendo feito uma referência especial à Cimeira UE-CELAC (Comunidade de Estados Latino-Americanos e



Comissão de Assuntos Europeus

das Caraíbas) no mês de julho de 2023. Prosseguiu condenando a invasão da Ucrânia pela Rússia e apoiando o alargamento da UE. Concluiu aludindo a algumas das negociações em curso como à Lei das Matérias-Primas Críticas, ao regulamento sobre a Inteligência Artificial, à negociação de acordos de comércio livre com a Nova Zelândia e o acordo pós-Cotonu, à transição ecológica e à biodiversidade e à reforma do sistema de comércio livre.

No período de debate que se seguiu, os parlamentares demonstraram, de um modo geral, um amplo apoio às prioridades e às realizações da Presidência espanhola, especialmente nos dossiês relacionados com a transição verde, a reindustrialização e o Pilar Social da Europa. O ataque terrorista do Hamas contra Israel em outubro de 2023 e a crise que se seguiu no Médio Oriente, foi, igualmente, um tema abordado por muitos Deputados que sublinharam diferentes aspetos deste conflito extremamente complicado e sensível, pedindo uma linha mais forte e a exigência de um cessar-fogo total e a necessidade de respeitar o direito internacional por ambas as partes em conflito. Destacaram, também, a guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia onde foram referidos diferentes aspetos da guerra, como a necessidade de evitar o seu esquecimento e o facto de o alargamento da UE ser acelerado em relação à Ucrânia. Os parlamentares manifestaram, ainda, no contexto da evolução da situação geopolítica e da morosidade do processo de adesão, o seu apoio ao alargamento da União Europeia sublinhando a necessidade de considerar a adesão dos Balcãs Ocidentais para que a Europa pudesse exportar estabilidade e não importar instabilidade.

Interveio no debate o Senhor Presidente da Comissão de Assuntos Europeus, Deputado **Luís Capoulas Santos** (PS) que felicitou o trabalho da Presidência espanhola e a pertinência das prioridades que definiu. Saudou os esforços políticos alcançados no acordo provisório sobre o regulamento do restauro da natureza, o acordo sobre a proposta de regulamento para garantir o aprovisionamento de matérias-primas, o acordo de Parceria UE-OEACP, a Cimeira UE-CELAC e o esforço persistente para tentar desbloquear o acordo UE-Mercosul. Destacou, também, o ênfase dado pela Presidência espanhola às questões da educação, das competências, da igualdade e da não discriminação. Por fim, louvou os esforços dedicados à necessária ajuda europeia e ao inquebrantável apoio à Ucrânia.

Para responder às questões suscitadas pelos parlamentares, interveio **Pascual Navarro**, Secretário de Estado dos Assuntos Europeus do Governo espanhol, que focou as diferentes

Comissão de Assuntos Europeus

prioridades da Presidência espanhola. Referiu que, quanto à Europa social, tinha a expectativa de que pudessem ser alcançados progressos substanciais durante a Presidência belga, antes do final da legislatura parlamentar europeia em junho de 2024, sobre a reindustrialização destacou que tinha sido considerada como uma prioridade fundamental e que a adoção da Lei das Matérias-Primas Críticas tinha sido um sucesso que contribuiu para esse objetivo. Quanto ao Pacto Europeu sobre Migração e Asilo salientou os avanços alcançados pela Presidência espanhola que tinha trabalhado afincadamente no sentido de uma solução europeia. Em relação à crise no Médio Oriente, concordou com a posição equilibrada defendida nas últimas reuniões do Conselho Europeu, e anunciou que seria adotada uma nova posição durante a reunião do Conselho Europeu dezembro, antes do final da Presidência espanhola. Sobre o alargamento, sublinhou que esperava que todos os processos pendentes pudessem ser tratados de forma individualizada para cada candidato ou potencial candidato, reconhecendo, em particular, os enormes progressos realizados pela Albânia no sentido da adesão e encorajando a Macedónia do Norte e o Kosovo a resolverem as questões pendentes, tanto a nível interno como na sua região. Relativamente à Ucrânia, o Secretário de Estado referiu que a Presidência espanhola iria adotar as iniciativas necessária para despoletar o início das negociações de adesão à UE.

SESSÃO II – O PACTO DE MIGRAÇÃO E ASILO DA UE

Abriu a sessão **Fernando Grande-Marlaska Gómez**, Ministro dos Assuntos Internos de Espanha em exercício referindo que a Presidência espanhola do Conselho da UE se revestia de particular importância, uma vez que era a última Presidência completa durante o atual ciclo legislativo europeu. Este facto colocou uma pressão adicional para que as negociações em curso fossem concluídas o mais rapidamente possível, em especial a política de migração, dada a sua particular importância no atual contexto. Destacou que a aprovação do Pacto sobre a Migração e o Asilo era uma prioridade para a Presidência espanhola acrescentando que nem todos poderiam ficar satisfeitos, contudo era necessário construir um compromisso com base nos princípios de uma partilha justa de responsabilidades, bem como de solidariedade entre os Estados-Membros. Salientou que em setembro de 2023, tinha sido elaborado um roteiro que previa que as negociações de todas as iniciativas do Pacto deveriam estar concluídas antes do final do atual ciclo legislativo europeu. Resumidamente, informou sobre os progressos registados nas negociações dos diferentes atos legislativos do Pacto, tendo dado destaque ao regulamento

Comissão de Assuntos Europeus
relativo à Migração e Asilo, que considerou ser a pedra angular do Pacto uma vez que determinava qual o Estado-Membro da UE ficaria responsável pela análise de um pedido de asilo. Alertou que este era o momento certo para se chegar a um acordo final sobre o Pacto e que a UE não podia dar-se ao luxo de perder esta oportunidade, pelo que ambos os colegisladores tinham de chegar a um compromisso. Recordou que o Pacto não seria perfeito, mas deveria, pelo menos, ser eficaz, prático, justo e equilibrado, concluindo que proporcionaria um quadro jurídico melhor do que o que existia atualmente e daria melhores respostas à realidade atual.

Seguiu-se a intervenção, via remota, de **Ylva Johansson**, Comissária Europeia para os Assuntos Internos, que salientou a necessidade de investir em vias e oportunidades legais para as pessoas virem para a UE. Sublinhou a necessidade de lutar e combater o tráfico de migrantes uma vez que as redes de tráfico humano eram muito fortes, de cariz internacional e organizadas em estruturas de tipo mafioso, aditando que a Comissão estava a trabalhar em nova legislação para combater estas redes. Salientou a importância das relações da UE com países terceiros e a necessidade de uma cooperação mais estreita, mencionando os diálogos de alto nível sobre migração e segurança com a Turquia. Comentou brevemente as negociações sobre o Pacto em matéria de Migração e Asilo confirmando que as negociações do tríplice estavam em curso bem como enalteceu o nível de empenhamento dos colegisladores para chegarem a um acordo. Recordou que o Pacto era um instrumento importante para a prevenção de chegadas irregulares, promover processos mais rápidos e justos e com regressos rápidos para aqueles que não eram elegíveis para asilo concluindo com o reconhecimento das dificuldades de se chegar a um acordo final sobre todos os restantes dossiers do Pacto durante a Presidência Espanhola, considerando, no entanto, que tal objetivo era realista.

Ainda nesta sessão, participou o Primeiro Vice-Presidente do Parlamento Europeu **Othmar Karas** que agradeceu à Presidência espanhola o facto de ter colocado o importante tema da migração na agenda da COSAC referindo que negar a complexidade destas múltiplas crises migratórias era o maior problema do debate político contemporâneo e era preciso reconhecer que não havia respostas simples. Defendeu ainda que esta complexidade devia ser explicada e debatida, mesmo que fosse impopular e cansativa. Recordou que, até 2015, a UE tinha aprendido as lições certas com as crises, mas no que respeitava à política de migração, a UE tinha falhado, evidenciando que esse fracasso não tinha sido apenas culpa das instituições da UE, mas também dos Estados-Membros devido à sua falta de vontade

Comissão de Assuntos Europeus

política para uma solução europeia e à sua vontade de continuar com uma manta de retalhos nacional que não funcionava. De seguida, delineou os quatro elementos centrais da reforma: registo e rastreio harmonizados para evitar a duplicação de trabalho e ineficiências; procedimentos de asilo eficientes nas fronteiras externas da UE para distinguir refugiados e trabalhadores migrantes; um mecanismo de solidariedade para recolocar os requerentes de asilo de forma equitativa na UE; e um novo regulamento relativo a crises e casos de força maior no domínio da migração e do asilo na UE. Referiu que com a entrada em vigor do novo Pacto, seria criado na UE um sistema com um conjunto de regras comuns que distribuiriam as responsabilidades e as tarefas de forma mais equitativa e que funcionaria também em tempos de crise, contudo reconheceu que, para o futuro, era necessário muito mais. Concluiu referindo a necessidade de a proteção das fronteiras externas da UE ser uma competência da UE e que a União fosse capaz de adotar, a longo prazo, uma política de migração e integração coordenada.

No período de debate que se seguiu, os parlamentares destacaram a pertinência de se aprovar o Pacto sobre Migração e Asilo o mais rapidamente possível, a necessidade de migração para a UE, nomeadamente para responder às necessidades do mercado de trabalho e para resolver os problemas demográficos da UE, o perigo da instrumentalização da migração e a utilização dos migrantes para desestabilizar a UE e a importância de dar mais atenção, no debate, às causas profundas da migração.

Interveio na presente sessão o Senhor Deputado **Luís Capoulas Santos** (PS) que referiu subscrever as intervenções feitas pelo Senhor Ministro Marlaska Gómez e do Senhor Vice-Presidente Othmar Karas. Destacou que era conhecido de todos o défice demográfico na Europa com uma taxa de natalidade muito reduzida, salientando que a Europa precisava de imigrantes para evitar a estagnação da sua economia e para que o seu modelo de sociedade não colapsasse. Evidenciou que era um problema que tinha de ser encarado com realismo político e com solidariedade para com os Estados-Membros mais afetados, cujo esforço e trabalho desenvolvido nos últimos tempos aplaudia, desejando que fosse possível alcançar um acordo político sobre o Pacto ainda sob a égide da Presidência espanhola. Destacou que este tema era vital para o futuro europeu pois era dele que se alimentava o discurso radical e antieuropeu que minava os alicerces da construção do projeto comum europeu que propiciou a paz e prosperidade nos últimos 70 anos. Concluiu salientando que era o dever de todos encontrar soluções efetivas devendo mesmo constituir uma prioridade da ação de política.



Comissão de Assuntos Europeus

Interveio, igualmente nesta sessão, a Senhora Deputada **Nathalie Oliveira** (PS) que referiu o facto de as políticas de rejeição de imigrantes nunca terem considerado duas dimensões determinantes para o futuro das comunidades europeias, a da demografia e a do mercado laboral. Salientou que a estas duas dimensões, para os defensores do Estado Social, deveria ainda ser acrescentada um terceiro elemento, as contribuições para a Segurança Social. Destacou ainda que, para além destas três dimensões, importava enaltecer um outro pilar essencial, que eram as regras. Concluiu alertando que países como a Grécia, Itália, Malta ou Espanha não podiam estar na linha da frente sem a solidariedade dos demais Estados uma vez que todos tinham o dever de ser leais aos princípios e aos valores europeus, da liberdade e do respeito da vida humana.

Interveio, também, nesta sessão a Senhora Deputada **Maria Emília Apolinário** (PSD) que referiu ser este o maior desafio que a UE tinha pela frente e que teria de resolver sem egoísmos e com foco numa Europa dos direitos humanos. Recordou que os fluxos migratórios eram milenares e sempre tiveram muita influência na história da humanidade considerando não ser viável parar o fenómeno das migrações. Destacou que era preciso que o Pacto para a Migração e Asilo fosse uma realidade, com dotação orçamental adequada, com responsabilidades partilhadas, com um quadro jurídico sólido capaz de proporcionar a clareza e a atenção necessárias para a confiança mútua, com regras rigorosas e equitativas e com sérios programas de integração. Concluiu relevando a importância de um acolhimento eficaz, não só por razões humanitárias, mas para evitar radicalizações, recordando que a Europa dispensava populismos que resultavam da demissão da função integradora dos governos e que cresciam à base do medo e da desconfiança suscitada nos cidadãos face à migração.

Interveio, ainda, nesta sessão o Senhor Deputado **Bruno Nunes** (CH) que referiu o uso da justificação da crise demográfica para a adoção de legislação no âmbito da migração, ao nível nacional e ao nível europeu, aditando que esta atuação tinha despoletado um problema sério ao nível social, com um choque cultural com consequências para a sociedade. Recordou que o ataque terrorista que ocorreu em Atocha, Madrid, era uma consequência da política vigente de falta de controlo de fronteiras. Salientou que a burocracia europeia não podia continuar a decidir algo que pertencia à autodeterminação das nações. Referiu que esta posição não significava que fosse contra a Europa, mas sim um europeísta por defender as fronteiras e a Europa, destacando que não se podia continuar a aceitar migrantes de culturas que não respeitavam as mulheres. Concluiu questionando por que não fazer um referendo sobre o Pacto para o Asilo e Migrações.

Comissão de Assuntos Europeus

Para encerrar o debate, interveio **Fernando Grande-Marlaska Gómez** que sublinhou o facto da maioria dos parlamentares ter apelado a um acordo imediato sobre o Pacto para a Migração e Asilo, reiterando que para tal resultado era necessário flexibilidade e compromissos, manifestando grandes esperanças e enormes expectativas quanto à obtenção de um acordo político na próxima reunião do trílogo. Concordou com a importância da dimensão externa da política de migração e asilo da UE e afirmou que a UE devia continuar a trabalhar com os países de origem e os países de trânsito para combater a migração irregular e o tráfico de migrantes. Concluiu salientando que as pessoas deixavam os seus países de origem devido às alterações climáticas, à fome, aos conflitos e às guerras, e não devido às regras e procedimentos de migração da UE.

SESSÃO III – CRISE ENERGÉTICA E TRANSIÇÃO ECOLÓGICA

Nicolás González Casares, Deputado ao Parlamento Europeu e relator sobre o Estado da União da Energia abriu esta sessão referindo que a crise energética surgiu num contexto marcado pela pandemia de COVID-19 bem como devido à invasão da Ucrânia pela Rússia. Destacou que, como a Rússia era o principal fornecedor de gás à Europa através de gasodutos, a redução das importações europeias limitou o fluxo de capital que chegava à Rússia, mas por outro lado, tinha causado um aumento do preço do gás na Europa. Reconheceu que, embora alguns países fossem mais dependentes do gás russo do que outros, todos os países europeus tinham sido afetados tendo sido obrigados a procurar fornecedores de gás alternativos e outras fontes de energia. Destacou o principal objetivo da reforma do mercado da eletricidade, nomeadamente, a redução da volatilidade dos preços da eletricidade e a utilização de instrumentos que podiam ser mais úteis a médio e longo prazo. Referiu, igualmente, que estavam a ser utilizados diferentes instrumentos para baixar os preços da eletricidade para os consumidores, e que a legislação que estava em discussão facilitaria a partilha de energia entre particulares, empresas e instituições públicas. Concluiu sublinhando que as alterações climáticas eram um dos mais importantes desafios comuns, alertando para os riscos colocados pelos discursos que negavam ou minimizavam o seu impacto, destacando a necessidade de a Europa mostrar uma posição política empenhada na luta contra as alterações climáticas.

Nesta sessão, interveio, também **Gunther Krichbaum**, Deputado do *Bundestag* que salientou que muitos Estados-Membros da UE já tinham visto o impacto das alterações climáticas, com terríveis inundações, ondas de calor e secas que estavam a ter um efeito



Comissão de Assuntos Europeus

negativo na agricultura e na sociedade em geral. Destacou que crise energética e os elevados preços da energia podiam ser vistos como uma oportunidade para fazer avançar a transição para as energias renováveis, nomeadamente através do investimento em infraestruturas críticas incluindo as redes e ligações elétricas. Recordou, contudo, que a energia nuclear era efetivamente neutra em termos de emissões de CO₂, mas reconheceu que a eliminação dos resíduos nucleares não tinha ainda sido aperfeiçoada, tendo alertado que a energia eólica, solar e hídrica não eram necessariamente as mais baratas, mas tinham a grande vantagem de reduzir a dependência energética, ação que era essencial na procura de uma autonomia estratégica aberta.

No período de debate que se seguiu, os parlamentares destacaram que a ligação entre a transição ecológica e a transição digital era essencial, sendo que os aspetos sociais e económicos da transição ecológica não podiam ser ignorados. Sublinharam que a necessidade de cooperação entre os Estados-Membros da UE nesta matéria era crucial devendo ser instaladas redes comuns com investimentos coletivos em infraestruturas comuns. Recordaram que os cidadãos e os grupos mais vulneráveis não podiam ser deixados para trás no processo de transição energética alertando que as soluções e obrigações decorrentes da transição energética deviam ser acessíveis e exequíveis a fim de não ignorar as necessidades de grupos como os idosos, as pessoas com deficiência, as Pequenas Médias Empresas e os agricultores. Salientaram a importância de criar políticas que tivessem em conta as energias renováveis e de apostar mais neste tipo de energias. Concluíram focando o contexto geopolítico da crise energética, designadamente, a guerra na Ucrânia, que tinha obrigado a UE a tornar-se mais independente em termos energéticos.

Intervio na presente sessão o Senhor Deputado **João Paulo Rebelo** (PS) que sublinhou a importância de a Europa assentar num projeto de solidariedade e de cooperação. Referiu que sempre que assim era, a Europa alcançava mais, recordando a crise de 2008 onde muitos europeus tinham sofrido por não ter havido uma resposta coesa da UE à crise. Destacou que, na área da energia, era essencial que a cooperação europeia funcionasse pelo que era importante que se encontrassem soluções de conjunto. Recordou que Portugal tinha sido um país altamente dependente de energia, mas, atualmente, devido a políticas públicas implementadas há mais de 10 anos, tinha um grau de dependência menor podendo mesmo ser parte da solução energética europeia através das interligações elétricas estabelecidas entre Portugal e Espanha. Concluiu referindo que o mecanismo acordado entre Portugal e Espanha para controlo dos preços de energia tinha obtido bons resultados sendo um bom exemplo de cooperação entre Estados que deveria ser replicado ao nível europeu.

Comissão de Assuntos Europeus

Interveio, também, nesta sessão o Senhor Deputado **Firmino Marques** (PSD) que referiu as consequências de um país sem ordenamento eficaz, uma vez que não bastava conhecer quais os recursos que um determinado território oferecia, era necessário que o desenvolvimento não se fizesse à custa do esgotamento ou da perda de qualidade desses recursos. Destacou que era urgente uma aproximação da área do ordenamento com o ambiente, com a definição de critérios ambientais prévios obrigatórios no tratamento da informação e da estruturação dos planos. Sublinhou que o 6º ciclo de diálogo com a Juventude na Europa tinha concluído que a estratégia até 2027 deveria centrar-se em três importantes eixos, envolver, ligar e capacitar. Aditou, ainda, que a informação, o diálogo construtivo e uma Europa verde sustentável eram a base para o futuro dos jovens europeus. Concluiu referindo que era crucial mobilizar instrumentos políticos, nesta área, a nível da União, bem como ações a nível nacional, regional e local para assegurar futuro de todos.

Nas suas observações finais, **Nicolás González Casares** sublinhou que os desafios da crise climática deviam ser enfrentados destacando que a luta contra as alterações climáticas e a transição energética tornavam necessária a descarbonização dos sistemas energéticos da UE. Além disso, afirmou que, se a situação se mantivesse inalterada, haveria retrocessos em vez de avanços pelo que a UE deveria ser ambiciosa e desempenhar um papel de liderança. Por outro lado, **Gunther Krichbaum**, nas suas palavras finais destacou as inovações e a força da tecnologia alcançadas até à data tendo apelado a uma maior investigação por parte dos Estados-Membros sobre a transição energética e tecnologias como a captura e armazenamento de carbono.

REUNIÃO DOS PRESIDENTES DA COSAC

Susana Sumelzo deu início à discussão das propostas de texto dos contributos e conclusões, tendo por base a versão do compromisso discutido na reunião da tróica presidencial, com as alterações remetidas pelas delegações, na qual participaram os Presidentes das Comissões dos Assuntos Europeus dos Parlamentos nacionais. Em cumprimento do ponto 7.5 das regras de procedimento da COSAC, seguiu-se o período de votação, tendo o texto dos [contributos](#) e das [conclusões](#) sido adotado por consenso.

Recordou, ainda, que a tróica tinha decidido por unanimidade recomendar, aos Presidentes da COSAC, o nome de Jakob Sjövall, do Parlamento sueco, para o cargo de membro permanente do Secretariado da COSAC tendo a sua nomeação sido conformada para o período de 2024-2025. Por fim, felicitou Bruno Dias Pinheiro, membro permanente



Comissão de Assuntos Europeus
cessante, pelo seu trabalho, dedicação e profissionalismo no Secretariado da COSAC durante o mandato de 2022-23, não só no apoio às Presidências, mas também a todos os Parlamentos nacionais.

SESSÃO IV – SITUAÇÃO NA UCRÂNIA E AS RELAÇÕES COM A UNIÃO EUROPEIA

Juan Francisco Martínez Nuñez, Secretário-Geral para a Política de Defesa, referiu que se a Europa continuasse a apoiar a Ucrânia, esta poderia renascer em breve, contudo, a Ucrânia estava a fazer grandes esforços para continuar a funcionar como país, devido ao conflito militar e que a sua reconstrução seria difícil, mas os ucranianos sabiam que as portas da Europa nunca mais se fechariam para eles. Destacou que a Ucrânia iria ser pioneira da modernidade europeia salientando que o papel da defesa seria extremamente útil para trabalhar esta mudança uma vez as forças armadas eram um reflexo da sociedade que serviam. Com efeito, sublinhou a exemplaridade das forças como um catalisador da verdadeira mudança, porque unia os cidadãos em torno de um projeto que era vital para todos e isso seria muito importante para a Ucrânia quando saísse deste conflito armado. Referiu, também, que a UE estava a enfrentar um período de reflexão e de reconfiguração, pois precisava de encontrar o seu lugar nesta nova ordem mundial, pelo que era essencial fazer avançar a "Europa da defesa". Acrescentou que o facto de a Europa da defesa ser inerente ao projeto da União era uma mensagem difícil de transmitir havendo ainda alguma resistência, no entanto, destacou que a Ucrânia iria ajudar a ultrapassar essa resistência uma vez que o projeto europeu comum tinha de ser afastado das nossas opiniões individuais sendo necessário falar do que unia e não tanto do que o separava as nações europeias. Concluiu manifestando a sua convicção de que a Ucrânia iria alcançar uma situação interna e internacional de dignidade, liberdade e bem-estar que seria muito mais atrativa do que a que a Rússia tinha em mente.

Seguiu-se a intervenção de **Giuliomaria Terzi Di Sant'agata**, Presidente da Comissão de Políticas da UE do Senado de Itália, salientou a extraordinária unidade de objetivos que todos os Estados-Membros da UE e os parceiros internacionais demonstraram no apoio à Ucrânia. Acrescentou que não podia haver uma paz justa sem que todo o território ucraniano voltasse a estar sob o controlo total do governo de Kiev, portanto, dentro das suas fronteiras internacionalmente reconhecidas e no pleno respeito da sua soberania e integridade. Confirmou o empenhamento inabalável da Europa em apoiar e promover o plano de paz em 10 pontos apresentado pelo Presidente Zelensky, que constituiu o



Comissão de Assuntos Europeus

elemento fundamental dos debates internacionais para uma paz justa e duradoura na Ucrânia, destacando a importância de se avançar de forma decisiva na promoção e implementação de pleno respeito das sanções contra a Rússia e contra todas as pessoas que cometeram crimes e infligiram danos. Por fim, manifestou a sua satisfação com a proposta que a Comissão Europeia apresentou ao Conselho Europeu no sentido de iniciar as negociações de alargamento com a Ucrânia e a Moldávia e de conceder o estatuto de candidato à Geórgia.

Ainda nesta sessão, participou como oradora **Ivanna Klympush-Tsintsadze**, Presidente da Comissão para a Integração na UE do Parlamento da Ucrânia, que destacou que Ucrânia tinha mostrado ao mundo a sua coragem, a sua bravura, a sua determinação e a sua incrível resiliência, tendo acrescentado que a Ucrânia estava a lutar por algo em que todos na Europa acreditavam, que era a liberdade de escolha, a democracia, o direito de construir um país próspero baseado no Estado de direito dentro das suas fronteiras reconhecidas e onde a dignidade de cada pessoa era reconhecida. Apelou a um aumento de qualidade e a quantidade dos materiais entregues pois só com uma mobilização total dos recursos e das capacidades do mundo livre permitiria derrotar a Rússia, alertando que esta derrota era imperativa, porque os ucranianos sonhavam em concentrar-se exclusivamente na recuperação, na reconstrução, na transformação, na integração europeia e euro-atlântica e nas políticas sociais, económicas e ambientais. Concluiu apelando aos Estados-Membros para que se juntassem à Ucrânia na sua difícil e longa viagem, construindo em conjunto uma Europa livre, próspera, democrática e forte, recordando que a Europa não estava a ajudar a Ucrânia por caridade ou piedade, estava a fazer um investimento sério na sua própria segurança, permitindo uma Europa livre, completa, pacífica e unida.

No período de debate que se seguiu, os parlamentares demonstraram um apoio inabalável à Ucrânia, tendo destacado a necessidade de aumentar a produção de defesa da Europa e a importância de acelerar o alargamento. Salientaram que a agressão russa deixou claro que existia uma interdependência entre a margem sul do Mediterrâneo e a União Europeia, no que respeitava aos fluxos migratórios, energia e comércio, aditando que a Europa precisava de criar políticas comuns nestes domínios, apoiadas por recursos suficientes. Referiram que o alargamento devia ser acompanhado por um aprofundamento do projeto da UE, assegurando a existência de uma sociedade civil forte. Sublinharam a importância de tanto os futuros como os atuais Estados-Membros aderirem aos princípios estabelecidos no artigo 2.º do Tratado UE, segundo o qual a União se fundava nos valores do respeito

Comissão de Assuntos Europeus
pela dignidade humana. Apoiaram a ideia de se aumentar as ferramentas e munições ofensivas da Ucrânia, e não apenas as defensivas, abordaram a necessidade de se melhorar a capacidade de defender os interesses da União Europeia e defenderam um aumento das sanções contra a Rússia.

Interveio no debate o Senhor Deputado **Luís Capoulas Santos** (PS) que recordou o longo período da guerra na Ucrânia que atormentava todos que por ela eram afetados. Referiu que a Europa e os seus aliados tinham respondido de forma concertada e firme no apoio à Ucrânia, não existindo outro caminho que não a vitória do povo ucraniano. Destacou que a UE estava a ser agora confrontada com o conflito no Médio Oriente, que servia diretamente os interesses da Rússia, cuja interligação não considerava inocente. Referiu que se devia às vítimas do ataque do Hamas toda a solidariedade e apoio político e diplomático não se podendo ficar, contudo, indiferentes face ao número elevado de vítimas civis em Gaza, provocados pelos ataques indiscriminados do exército israelita. Recordou que o direito internacional e humano era tão importante na Ucrânia como em outro lugar do mundo, incluindo na faixa de Gaza, lamentando que o documento final dos Contributos da LXX COSAC não tivesse sido mais claro quanto a esta questão.

Nas intervenções finais, **Juan Francisco Martínez Nuñez** concordou com as observações gerais que foram feitas e recordou que a Europa não era uma fortaleza devendo ser construídas pontes à sua volta para evitar não se fechar sobre si própria. **Giuliomaria Terzi Di Sant'agata** sublinhou que existia um certo consenso entre todos os Estados-Membros de que o alargamento era um elemento fundamental para ultrapassar os desafios que a Europa enfrentaria, em termos geopolíticos, e que podiam ser tomadas medidas rápidas e integradas para combater a criminalidade organizada e a instrumentalização da migração pela Rússia. **Ivanna Klympush-Tsintsadze** salientou que as conversações de paz só eram possíveis com aqueles que tinham, pelo menos, uma sombra de respeito pela ordem internacional, recordando que Ucrânia era um Estado neutro e não alinhado quando a Rússia atacou em 2014.

SESSÃO V – AUTONOMIA ESTRATÉGICA ABERTA E AS RELAÇÕES COM A AMÉRICA LATINA

Nesta sessão interveio **Juan Fernández Trigo**, Secretário de Estado espanhol para a Ibero-América, Caraíbas e para o Espanhol no Mundo que iniciou a sua intervenção

Comissão de Assuntos Europeus

introduzindo o conceito de Autonomia Estratégica Aberta, adotado pelo Conselho Europeu em outubro de 2020, e que foi uma das prioridades da Presidência espanhola do Conselho da UE. Referiu que ao promover a Autonomia Estratégica Aberta, a UE devia redobrar os seus esforços para reforçar o multilateralismo e estabelecer relações políticas e comerciais com regiões como a América Latina e as Caraíbas (ALC). Reconheceu que a posição da América Latina sobre a invasão ilegal da Ucrânia pela Rússia era complexa e algo ambivalente uma vez que os países condenaram a invasão, mas não se tratou de uma condenação ativa acrescentando mesmo que o tema da Ucrânia tinha sido um dos mais difíceis durante as recentes negociações entre a União Europeia e a Comunidade de Estados Latino-Americanos e das Caraíbas (UE-CELAC). Concluiu referindo a importância de se aprofundar as relações económicas e comerciais com a região da ALC, a fim de reduzir a dependência da UE e de diversificar as fontes de energia e de matérias-primas.

Carlos Malamud Rikles, analista sénior do Real Instituto Elcano, sublinhou o lugar central que a região latino-americana teve nas prioridades da Presidência Espanhola, à semelhança do que tinha acontecido nas anteriores presidências do país. Salientou que, na atual situação política, a América Latina deveria continuar a ser um tema importante na agenda das relações externas da UE, devido a vários fatores, nomeadamente as consequências da pandemia de COVID-19 e da invasão da Ucrânia pela Rússia. Referiu que a procura da autonomia estratégica da Europa exigia, pois, uma renovação das alianças do continente sendo nesse processo que a América Latina poderia desempenhar um papel central. Sublinhou a importância da América Latina para a economia mundial como um continente com numerosos recursos que seriam fundamentais para a transição ecológica verde, como o lítio, bem como um grande potencial de produção de energias renováveis e importantes reservas de biodiversidade e de água doce. Aludiu ao empenho da região no desenvolvimento económico democrático como uma característica distintiva que devia ser realçada nos debates mundiais, embora a presença da China no continente tivesse aumentado substancialmente nas últimas duas décadas. Contudo, destacou que a UE continuava a ser o principal ator externo na região em numerosos domínios na região. Concluiu observando que, caso o acordo Mercosul não fosse aprovado durante a atual Presidência Espanhola, poderia ser mais difícil fazê-lo durante as próximas presidências do Conselho da UE, alertando mesmo que a não conclusão do acordo seria um erro estratégico que não só poria potencialmente em perigo a integração regional no Mercosul, mas também enviaria um sinal negativo a outros potenciais parceiros comerciais com os quais a UE estava atualmente a negociar acordos comerciais.



Comissão de Assuntos Europeus

No debate que se seguiu, os parlamentares sublinharam a importância de reforçar a autonomia estratégica aberta da União Europeia para fazer face aos numerosos desafios geopolíticos que a UE atualmente enfrentava. Salientaram que a autonomia estratégica aberta era crucial para que a UE fosse um ator geopolítico ativo no meio da concorrência crescente, em especial entre os EUA e a China. Destacaram a essencialidade do reforço das relações comerciais com a América Latina e as Caraíbas por ser essencial para diversificar o aprovisionamento da União Europeia em fontes de energia e de matérias-primas essenciais. Referiram que a origem de recursos e a redução da dependência da União Europeia de fornecedores externos pouco fiáveis deveriam contribuir para reforçar a resiliência e a competitividade da economia europeia, bem como para promover a sua reindustrialização. Concluíram salientando que era importante para a UE definir o seu papel geopolítico através da promoção dos seus valores.

Interveio no debate o Senhor Deputado **Bruno Nunes** (CH) que referiu que a atual conjuntura política possibilitou esta oportunidade de aprofundar as relações comerciais, contudo, o seu partido entendia que tal oportunidade poderia criar uma concorrência desleal ao mercado europeu. Recordou que existiam regimes totalitários e ditatoriais na América Latina, como a Venezuela, com os quais considerava que não se podia compactuar nem celebrar acordos. Sobre o acordo UE-Mercosul, referiu que podia trazer benefícios, mas a médio prazo poderia causar um grave problema de sobrevivência para as empresas europeias porque iria-se competir com baixos salários, fraca qualidade, que iria potenciar o apoio à imigração ilegal, bem como iria causar um *dumping* salarial na Europa reforçando que não se podia permitir que tal cenário ocorresse. Destacou que, apesar de se ter afirmado que todos os países da América do Sul apoiavam a Ucrânia, tal não era verdade pois o presidente do Brasil apoiava a Rússia durante a invasão da Ucrânia, concluindo que não eram parceiros confiáveis com quem pudessem desenvolver aquilo que era o roteiro para a autonomia estratégica.

Nas intervenções finais, **Juan Fernández Trigo** referiu ser essencial estabelecer laços com parceiros que partilhassem os interesses e as aspirações da UE, como era o caso dos países latino-americanos, mas que também se desejava instituições fortes, um Estado de direito e uma sociedade civil dinâmica aditando que a cooperação económica entre a UE e a América Latina devia promover condições de trabalho dignas e formais, reforçando os sistemas de saúde e o investimento e comércio para apoiar as populações desses países para que pudessem aspirar a um melhor nível de vida e não fossem obrigadas a emigrar.



Comissão de Assuntos Europeus

Carlos Malamud Rikles concluiu afirmando que a América Latina e as Caraíbas não deviam ser vistas como um continente a explorar, mas sim como um continente com o qual a União Europeia mantinha relações históricas profundas.

SESSÃO DE ENCERRAMENTO: ADOÇÃO DO CONTRIBUTO E DAS CONCLUSÕES DA LXX COSAC

O encerramento foi efetuado por **Susana Sumelzo** que aludiu aos textos dos [Contributos](#) e das [Conclusões](#) da LXX Reunião da COSAC, tal como discutidos e aprovados pelos Presidentes na noite anterior, que foram previamente distribuídos a todas as delegações e foram adotados por consenso, não tendo sido apresentada qualquer alteração durante a sessão plenária.

Em seguida, informou todas as delegações de que, nos termos do artigo 9.3 do Regulamento Interno da COSAC, os Presidentes nomearam, por recomendação da tróica presidencial, Jakob SJÖVALL, do Parlamento sueco, como membro permanente do Secretariado da COSAC para o período de 2024-2025, tendo ainda agradecido a Bruno Dias Pinheiro, membro permanente cessante, pelo seu trabalho no Secretariado da COSAC durante o mandato de 2022-23.

Interveio, ainda, **Eliane Tillieux**, Copresidente do Comité Consultivo Federal para os Assuntos Europeus da Câmara dos Representantes do Parlamento belga que informou que o primeiro evento da Presidência belga do Conselho da UE seria a reunião dos Presidentes da COSAC a 14 e 15 de janeiro de 2024 tendo por temas o pilar europeu dos direitos sociais e o futuro da UE após as eleições europeias de 2024. Referiu ainda que a Bélgica iria organizar uma série de conferências interparlamentares noutras cidades que não a capital, com o objetivo de aproximar a Europa dos seus cidadãos. Interveio também **Gaëtan Van Goidsenhoven**, Copresidente do Comité Consultivo Federal para os Assuntos Europeus do Senado do Parlamento belga, que referiu os temas a serem abordados durante a reunião plenária da COSAC, que decorreria no Parlamento Europeu em Bruxelas, a saber: o balanço do último mandato europeu e as perspetivas oferecidas pela nova agenda estratégica do Conselho, a questão da política de género e da representação das mulheres nos Parlamentos, a Autonomia Estratégica Aberta, com especial destaque para a competitividade e a resiliência e o futuro da democracia e o lugar do Estado de direito.

A última intervenção da reunião foi efetuada por **Francina Armengol Sociás**, Presidente do Parlamento espanhol, que começou por referir as cinco sessões temáticas realizadas na LXX COSAC e observou que estas correspondiam às várias prioridades da Presidência



Comissão de Assuntos Europeus
Espanhola do Conselho da UE e do programa de trabalho da Comissão Europeia para 2024. Aludiu, ainda, ao facto de o conflito no Médio Oriente ter sido foi debatido nesta reunião, dada a sua relevância, apesar de não ter sido inicialmente previsto. Por último, desejou sucesso à nova dimensão parlamentar da Presidência belga do Conselho da UE, recordando que a Presidência espanhola seria a última Presidência plena da atual legislatura agradecendo a todos os contributos recebidos até à data e também os novos contributos nos próximos meses, que permitirão à Presidência Espanhola preparar algumas conclusões comuns a dirigir ao Conselho antes do próximo ciclo institucional, em nome dos Parlamentos nacionais.

Notas Finais

Além dos documentos referenciados, toda a documentação referente à reunião da COSAC, bem como a gravação vídeo da conferência, podem ser encontrados em:

- [Conference of Parliamentary Committees for Union Affairs of Parliaments of the European Union \(COSAC\) - IPEX.eu](#)
- [LXX COSAC PLENARY MEETING - Parleu 2023](#)

Assembleia da República, 11 de janeiro de 2024.

O Presidente da Comissão de Assuntos Europeus,

(Luís Capoulas Santos)